

Santos facilitará quitação de dívidas

Parcelamento em até 36 vezes e juros mensais de 0,5% estão entre itens do projeto enviado pelo prefeito Rogério Santos à Câmara

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

O prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), encaminhará à Câmara nos próximos dias um projeto de lei para permitir que cidadãos e empresas com valores inscritos na Dívida Ativa do Município até 31 de dezembro do ano passado possam pagar o que devem com mais facilidade.

Segundo o chefe do Executivo, as condições oferecidas aos contribuintes neste novo programa de refinanciamento (Refs) são inéditas no País e, mais do que uma ação arrecadatória, essa medida busca incentivar a retomada econômica da Cidade, após dois anos de pandemia de covid-19.

Batizada como Programa Municipal de Recuperação Fiscal (PMRF), a proposta prevê, por exemplo, que o montante devido possa ser pago em até 36 vezes, com juros de 0,5% ao mês. A expectativa é que a iniciativa seja lançada em maio, após o Legislativo aprovar a proposição.

O tucaeno explicou que a Secretaria de Finanças levou cerca de seis meses para elaborar a proposta, idealizada para atender os setores da Cidade que foram duramente afetados pelas restrições impostas pelo Poder Público, desde março de 2020, para frear a proliferação do coronavírus.

Santos relembrou que a decisão mais difícil de sua vida foi a determinação do lockdown, em março do ano passado, quando o Brasil vivia um momento crítico de abastecimento de oxigênio e de falta de leitos hospitalares para internação de pacientes com covid-19.

"Sempre falei que, entre duas pessoas que pediam socorro, sendo uma com falta de ar e outra com dificuldade financeira, eu iria priorizar a primeira, mas que iria socorrer a outra em outro momento. Chegamos a conceder isenção de alguns tributos posteriormente. Esse Refs tem o principal



Administração espera lançar a iniciativa em maio, após o Legislativo aprovar proposta de refinanciamento

objetivo de ajudar na recuperação das empresas e pessoas físicas da nossa Cidade", afirmou.

EXPECTATIVA

O secretário municipal de Finanças, Adriano Leocádio, explicou que a Adminis-

tração Municipal prevê arrecadar cerca de R\$ 40 milhões com o novo Refs.

A expectativa é que as inscrições para os contribuintes aderirem ao PMRF sejam abertas no próximo mês. O prazo final já estabelecido será 30 de novembro

deste ano.

Caso a nova lei entre em vigor em maio, o desconto nas multas e nos juros para o pagamento à vista até o último dia útil de junho será de 90%. Se esse compromisso for honrado entre 1º de julho e 30 de novembro,

FLAVIO HOPP - 9/2/22



Condições oferecidas serão inéditas no País, diz chefe do Executivo

ALEXSANDER FERRAZ - 7/2/19



Secretário de Finanças estima R\$ 40 milhões em receita com o Refs

INADIMPLÊNCIA

Conforme o secretário municipal de Finanças, Adriano Leocádio, a inadimplência histórica do IPTU no Município está um pouco superior à média histórica, de 15% - hoje, é de 17%. A queda na arrecadação das taxas municipais, como as de licença e de publicidade, foi de 36%, porque elas estão atreladas à prestação do serviço. "Em 2021, foram oferecidas a isenção e a remissão dos tributos municipais para comerciantes e ambulantes".

esse abatimento ficará em 70%.

Para quem decidir parce-

lar os débitos em até 12 vezes, o desconto permanecerá em 60%. Para aqueles que quiserem pagar de 13 a 24 prestações, a redução será fixada em 50%. Por fim, a quitação entre 25 e 36 meses terá diminuição de 40%.

"Obviamente que a arrecadação sempre é importante por causa das demandas sociais que existem no Município. Nossas finanças estão equilibradas. A nossa intenção é dar a possibilidade de as empresas e as pessoas físicas equacionarem os seus débitos com o Fisco. As pessoas querem pagar os impostos", frisou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3